

1ª VERSÃO

Associação Indígena *Amjip Tàr Kaxuwa Parkatêjê*
Fundação Nacional do Índio

ANTE-PROJETO

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA
COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ
TI MÃE MARIA (PA)

LARA FERRAZ
Consultora
jan/1996

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ / TI MÃE MARIA (PA)

1. INTRODUÇÃO

As propostas aqui apresentadas originaram-se das discussões havidas no decorrer dos últimos anos junto aos *Parkatêjê* (Terra Indígena Mãe Maria / Bom Jesus do Tocantins, PA), com seus assessores e, durante 1995, com os representantes da ELETRONORTE e FUNAI, tendo em vista a elaboração de um programa de apoio as suas atividades econômicas com critérios de sustentabilidade.

Estas discussões, por sua vez, integram o diálogo oficial relativo aos programas especiais de assistência a comunidades indígenas que permanecem sob o impacto da construção de obras governamentais que afetaram seus territórios, no caso, as linhas de transmissão de alta tensão (dois circuitos de 500 kv), subsidiárias da UHE Tucuruí que, em 1980 e 1988, atravessaram em toda a extensão (22 km) a Terra Indígena Mãe Maria, paralelamente à rodovia (PA-70, construída em 1968).

Este programa resultou da reelaboração das propostas – *Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária* – formuladas pela ADR Marabá e encaminhadas à Coordenação Geral de Projetos Especiais (FUNAI/Brasília) em outubro de 1995. Na elaboração deste ante-projeto, contamos com a colaboração de Carlos de Araújo Loureiro Jr., (ADR/FUNAI Marabá), Olivier Topall, do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT/Marabá), Leonardo Ribeiro Carneiro da Cunha e Mariano Mampieri.

2. BREVE HISTÓRICO

Até meados da década de 80, chegou a ser um procedimento administrativo usual indenizar as comunidades indígenas pela construção de obras governamentais de grande impacto em seus territórios (rodovias, hidrelétricas, ferrovias, etc.), mediante o pagamento em dinheiro de uma soma negociada entre as partes. Este procedimento, por sua vez, havia sido "inaugurado" exatamente pelos *Parkatêjê* de Mãe Maria em 1980, após anos de discussões com a ELETRONORTE.

A partir de 1987, muitas indenizações passaram a ser convertidas em **programas de ação a longo prazo**, com uma relativa participação das comunidades na sua discussão, procurando reverter a situação vivenciada por essas sociedades, em geral sensivelmente agravada pelas conseqüências das obras em seus territórios (desmatamentos, inundações, invasões, etc.).

No caso dos *Parkatêjê*, a passagem das linhas de transmissão havia sido indenizada pela modalidade antiga, ou seja, em dinheiro e alguns bens ou serviços requisitados. No entanto, o **esgotamento dos recursos** e, principalmente, a **permanência dos impactos** trazem a necessidade de rever os acordos indenizatórios, numa perspectiva de **permanente redimensionamento** destas relações.

É neste contexto que, desde 1993, a comunidade *parkatêjê* vem retomando as negociações com a ELETRONORTE, em vista do estabelecimento de um **programa especial de apoio a longo prazo** composto, inicialmente, por projetos específicos de natureza econômica fomento ao extrativismo e apoio à agropecuária.

2.1 – EXTRATIVISMO

O extrativismo, ou seja, a coleta de recursos naturais, especialmente a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), para fins de comercialização, já teve várias fases entre os *Parkatêjê*. Desde os primeiros tempos do contato (meados da década de 50), foram utilizados pelo SPI (e depois pela FUNAI) como mão-de-obra para extração da safra¹. Ao final dos anos 60, o então "Posto Indígena Igarapé Mãe Maria", tido como um dos maiores castanhais administrados pela agência tutelar, chegava a produzir 7.000 hectolitros de castanha nas grandes safras (em geral, a cada dois anos).

Em 1976, a experiência dos *Parkatêjê* de comercializar a sua produção de castanha diretamente aos exportadores em Belém, sem a intermediação da FUNAI, durou três anos consecutivos². **A comercialização da safra de castanha era suficiente para suprir as**

¹ Através de um projeto do Deptº. Geral do Patrimônio Indígena, entre 1969 e 1979, a então delegacia regional da FUNAI (Belém) controlou a exploração e a comercialização da produção de castanha oriunda de 13 áreas indígenas das regiões do médio Tocantins e médio Xingu (cf. Ferraz, 1983).

² Como parte da política indigenista oficial de meados dos anos 70, "projetos de desenvolvimento comunitário", coordenados por antropólogos contratados pela FUNAI viriam a substituir, em algumas áreas, os então projetos estritamente econômicos do DGPI.

necessidades da comunidade, então com uma população de 100 indivíduos, em duas aldeias, formadas por "turmas", consideradas pela FUNAI "remanescentes" de grupos locais distintos, reunidos em "Mãe Maria", a gleba de 62.000 hectares que lhes fora concedida por decreto estadual em 1943³.

Ao final da década de 70, o desmatamento de uma faixa (150 m por 22 km) no interior da Terra Indígena Mãe Maria ao longo da rodovia PA-70 para a construção, pela ELETRONORTE, da linha de transmissão, destruiu grande parte dos castanhais da comunidade e seus roçados, obrigando a reconstrução da aldeia com os recursos pagos como indenização por "perdas e danos".

O processo acelerado de transformações econômicas e sociais que se verificou no sudeste do Pará a partir da década de 70, com a invasão da pecuária extensiva, trouxe os desmatamentos e as queimadas de grandes proporções, transformando castanhais em pastagens; seguiu-se a instalação de centenas de madeireiras e serrarias em toda a região. A pressão para a obtenção de carvão vegetal, face à demanda da indústria siderúrgica que se instalou com Carajás (desde 1985), provocou a derrubada de castanheiras, apesar da proibição legal. Por fim, as pressões do fluxo migratório dos "sem terra" resultou na ocupação de castanhais.⁴ Os *Parkatêjê*, por sua vez, chamam a atenção para o afastamento dos besouros polinizadores das castanheiras como um dos fatores determinantes que levaram à sensível diminuição da produção de castanha.

Quando a Estrada de Ferro Carajás (CVRD) atravessou, em 1982, toda a extensão (19 km) do sul da TI Mãe Maria cortando castanhais, inaugurou um processo conflitivo com as tentativas de ocupação daquela porção pelos chamados "posseiros"⁵. As ameaças à integridade do território impediram, por alguns anos, a comunidade *parkatêjê* de extrair a safra de castanha para fins comerciais; esta situação levou-os a promover, entre 1986 e

³ A "turma do Trinta" (aldeia no km 30 da rodovia) vinda do rio Praia Alta em 1966; "Maranhão", transferidos em 1969 das proximidades de Imperatriz (MA), dadas as fortes pressões de 'grileiros' e a "turma da Montanha", desalojada entre 1970 e 1985 da área do PI Gavião, seu território em frente a Tucuruí, para a construção da barragem (cf. Arnaud, 1975; Ferraz, 1991).

⁴ Cf. Barreto, LASAT, 1993.

⁵ Em 1980, mediante negociação com grandes proprietários e políticos locais, o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, que substituiu o INCRA até 1986 na região) instalou o "Loteamento Flecheiras" (2.500 ha com 49 lotes) em sua maior parte no interior da área indígena, junto ao limite sudoeste, tendo gerado um conflito que durou quase dez anos. No seu rastro ficaram as sucessivas invasões, em geral estimuladas por políticos locais (que se intensificam em períodos pré-eleitorais) no corredor formado ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no interior da área indígena.

1989, através da ADR Marabá, o arrendamento dos castanhais aos agentes locais dos exportadores; esta prática, no entanto, não se mostrou rentável e foi abandonada.

A "terra dos índios" (como é conhecida) é, desde o final da década de 70, a única área de mata subtropical em toda a região (v. foto satélite 1990 em anexo); os acessos aos castanhais, que só se davam pela rodovia e agora ocorrem também pelo leito da ferrovia de Carajás, favoreceram os roubos freqüentes de castanha e de outros frutos comercializáveis, além de caça – a base da subsistência *parkatêjê*.

2.2 – PECUÁRIA

O início da pecuária leiteira em Mãe Maria ocorreu na primeira metade da década de 70, quando a comunidade recebeu cerca de 10 cabeças da raça gir, como doação. Em 1983, quando as pastagens formadas sob as linhas de transmissão da ELN passaram a ser utilizadas, o rebanho era de 100 cabeças. Atualmente, de acordo com o levantamento realizado em agosto de 1995 pelo veterinário que assiste o rebanho, existem cerca de 240 cabeças de gado, entre bovino leiteiro ("girolanda") e equino. *v. inventário anexo*

Nestes anos, apesar de algumas experiências por integrantes da comunidade, o desconhecimento na lida com o gado foi sempre suprido pela contratação terceirizada (via convênio CVRD) de um vaqueiro, em geral um regional indicado pela comunidade, arregimentado através da ADR-FUNAI de Marabá.

O trato veterinário profilático do rebanho vem sendo regularmente observado; houve épocas de consumo de leite na aldeia (50 litros diários, média de 1 litro/casa) e comercialização (outros 50 litros) com uma usina do distrito de Morada Nova (km 12 da rodovia), atividades que sofreram interrupções nos últimos anos. Devido à falta de pastagens, não vem sendo feito manejo adequado do rebanho (apartação de fêmeas, vacas paridas, bezerro desmamados, touros, etc.), o que se reflete na baixa produtividade.

Cerca de três reses por ano são abatidas para consumo na aldeia; algumas aquisições e vendas também foram efetuadas, tendo havido raceamento do rebanho bovino (simental e nelore) e diversificação, com a aquisição de equinos (cavalos e muares). O crescimento do rebanho, no entanto, não foi acompanhado de controle sistemático de movimentação financeira, seja pela comunidade, seja pela administração da FUNAI.

3. INDICADORES DA SITUAÇÃO ATUAL

Tanto para a comunidade *parkatêjê* como por aqueles agentes governamentais ou não que vêm acompanhando este processo de transformações, verifica-se que o quadro atual de deficiências e os problemas enfrentados decorrem tanto da própria intensificação de suas relações com os *kupe* (não-índios), assim como das mudanças aceleradas ocorridas no sudeste do estado do Pará, incluídas aqui todas as interferências deliberadamente havidas na terra indígena, ao lado da crescente vulnerabilidade às invasões.

O acentuado crescimento populacional verificado entre os *Parkatêjê* (ver quadros ANEXO I) é um fator relevante neste processo; considerados em extinção logo após o contato (cf. Da Matta, 1967; Arnaud, *op.cit.*), o crescimento demográfico nos últimos 20 anos foi em torno de 8,8% ao ano, acompanhado, por sua vez, de uma acentuada redução territorial, com a transferência dos grupos locais, para o interior de Mãe Maria.

O desequilíbrio demográfico – ou seja, o número de homens superior ao de mulheres – permaneceu neste período e ocasionou arranjos, como os casamentos com integrantes de outras etnias, dada a proximidade cultural e geográfica (caso dos *Pykobjê*, também chamados "Gavião", de Amarante/MA) ou com *kupe*⁶. Atualmente, 331 indivíduos constituem a comunidade *parkatêjê* (nov. 1995 - ver ANEXO I).

Apesar de relativamente reduzidas se comparadas ao tamanho da população, as roças de subsistência (milho, arroz, mandioca, amendoim, bananas, abóbora, inhame, batatas, mamão), cultivadas de acordo com a técnica tradicional de coivara e um sistema de rotatividade no uso de antigas "capoeiras" (evitando derrubadas anuais), estão distribuídas nas proximidades da aldeia (em distâncias variáveis) e não ultrapassam 2,4 hectares, considerando as áreas cultivadas exclusivamente pelas mulheres (amendoim e tubérculos). Seus produtos não chegam a ser suficientes para abastecer a comunidade durante o ciclo anual, elevando o consumo de gêneros alimentícios industrializados.

⁶ Durante a década de 80, duas famílias *Mbya* (*Guarani*) provenientes de Xambioá (TO) fixaram-se no interior da TI Mãe Maria, onde formaram dois pequenos núcleos autônomos; esporadicamente, prestam serviços à comunidade *parkatêjê*; estes *Mbya* aguardam uma decisão relativa à aquisição de terras próprias, de acordo com processo administrativo na Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, em Brasília.

Nas atividades coletivas ou internamente às categorias de idade (indivíduos mais velhos, maduros e jovens), a apropriação e redistribuição de recursos (e bens industrializados) ocorre através da operação da rede de relações de aliança, baseadas no parentesco. A dinâmica das diferenciações internas (as "turmas" distintas) é responsável pela operação de mecanismos particulares de permanente rearranjo, de modo a não estimular a individualização, apesar das fortes pressões que a operação do sistema monetário exerce. É fundamentalmente a troca que rege as relações intragrupo, onde a acumulação é considerada **negativa**, de acordo com valores *parkatêjê* relacionados à riqueza.

Até 1994, as aquisições e a distribuição de gêneros alimentícios e outros bens industrializados de primeira necessidade eram efetuadas de modo coletivo através da "cantina", prática institucionalizada na comunidade *parkatêjê* e gerida por seus integrantes desde meados da década de 70. Nos últimos anos, no entanto, o crescimento populacional inusitado e o aumento do consumo levaram a distorções na operação daquele sistema de distribuição, até a sua interrupção, em 1994. Desigualdades internas passaram a evidenciar um estado de descontentamento geral, indicativo da necessidade de mudanças e novos arranjos relativos à obtenção e circulação de bens.

Após alguns anos de interrupção da atividade extrativa para fins de comercialização, na última safra de castanha (1995), cerca de 1.000 hectolitros (60 ton.) foram vendidos pela comunidade em Marabá, aos agentes dos exportadores (da rede monopolista de Belém); uma pequena parte da produção foi comercializada através da Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (fundada em 1991).

A comercialização do **cupuaçu** (*Theobroma grandiflorum* - S.), durante a estação chuvosa e **açaí** (*Euterpe oleracea*), durante a seca, vinha ocorrendo de forma **individualizada** e sem qualquer beneficiamento (apesar da crescente demanda) no mercado local, ou seja, nas proximidades da aldeia, onde o **preço alcançado é baixo**, se comparado com o mercado regional⁷.

Muito recentemente, o interesse de alguns jovens recém-casados em aprender, com o vaqueiro contratado, as técnicas da lida com o gado, despertou para a comunidade de um modo geral a possibilidade de retomar - e tornar rentáveis - as atividades da "fazenda", situada no limite sudoeste da área, junto ao rio Flecheiras, com acesso pelo km 15 da

⁷ Assim como em relação à pecuária, os dados referentes à produção de castanha ou de cupuaçu pela comunidade *parkatêjê* são praticamente inexistentes.

rodovia BR-222. Esta área sobrepunha-se parcialmente ao loteamento do GETAT e as pastagens (atualmente cobertas de vegetação secundária) estiveram incorporadas a um título de propriedade do fazendeiro vizinho, indenizado pela FUNAI na década de 80.

As estratégias do chefe *Krohokrenhum* - atualmente com cerca de 65 anos e por mais de três décadas à frente da comunidade – vêm sendo no sentido de manter um projeto para os *parkatêjê* enquanto um povo, com características culturais específicas que garantam a sua existência, face ao permanente desafio que lhes impõe a convivência com o mundo "civilizado": *Kupejipôkti*, "os que estão no meio do kupe", é o nome da aldeia atual.

É a partir desta ótica que as atividades de subsistência estão vinculadas à realização de ciclos cerimoniais de longa duração, prática característica dos grupos Jê-Timbira. É a dinâmica da produção – descontinuada na sua distribuição temporal – que determina a apropriação e a redistribuição de rendimentos eventualmente auferidos, em geral sob controle direto da chefia da comunidade, assessorada por um conselho, cuja estrutura foi recentemente (novembro 1995) formalizada na *Associação Indígena Amjip Târ Kaxuwa Parkatêjê*.

4. OBJETIVOS DO PROJETO

4.1 – OBJETIVOS GERAIS

- Gestão dos recursos agroflorestais do território *parkatêjê*, com critérios de sustentabilidade, visando a auto-suficiência em termos de estabilidade alimentar, assim como a obtenção de bens destinados a satisfazer necessidades voltadas para a sua reprodução, enquanto sociedade diferenciada. O aprimoramento das atividades de subsistência e daquelas com vistas ao mercado está vinculado à manutenção da integridade territorial, assim como às ações voltadas para a educação e a saúde coletivas.
- Promover, no interior da comunidade, a distribuição de recursos de modo não desigual, enfatizando valores específicos da cultura *parkatêjê*.

– Fortalecer a comunidade *parkatêjê* diante da complexidade e da multiplicidade de relações com segmentos diferenciados, visando assegurar a sua reprodução de maneira digna numa região repleta de contradições como o sudeste do Pará.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

– Redimensionar e aprimorar os conjuntos de atividades já existentes entre a comunidade *parkatêjê* – Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária – visando a sua auto-suficiência a médio prazo.

– Fase preliminar: – inventário agro florestal
– estudo de viabilidade econômica

4.2.1 – FOMENTO AO EXTRATIVISMO

A coleta é uma atividade tradicionalmente realizada pelos *Parkatêjê* com vistas à subsistência; a redefinição da atividade extrativista e a sua diversificação (castanha, cupuaçu, etc.) têm por objetivo a comercialização sistemática da produção de safras sazonais, possibilitando a obtenção de rendimentos para a comunidade, o que será

preciso demonstrado através do estudo de viabilidade econômica.

– Melhorar a infra-estrutura atual na Terra Indígena Mãe Maria, que abriga uma extensa rede de estradas internas (mais de 20 km) de acesso aos castanhais e áreas de caça e coleta (v. mapa). Esta infra-estrutura requer manutenção anual, constituindo-se nos trabalhos preparativos das safras anuais.

– Desenvolver de modo sistemático pesquisas destinadas a identificar possíveis mercados para os produtos do agro-extrativismo, privilegiando o setor interno.

– Desenvolver estudos específicos relativos aos processos de beneficiamento, com tecnologias simples e apropriadas, dos produtos do extrativismo, visando agregar valor e, conseqüentemente, ampliar mercados. Promover o intercâmbio de informações com outras associações de pequenos produtores.

– Apoiar financeiramente a atividade extrativista (castanha, cupuaçu, etc.) por um período de 05 (cinco) anos, ^{que} permitida ^o à comunidade constituir um fundo de recursos próprios ^{perdo} em sistema cooperativo ^o destinado às futuras safras, em condições de autonomia e sustentabilidade. O estudo de viabilidade irá precisar a duração do apoio.

4.2.2 - APOIO À AGROPECUÁRIA

- Complementar a fonte protéica na dieta da comunidade, com o consumo de leite e carne de gado bovino.
- Introduzir a pecuária de corte, visando obter rendimentos e tornar a atividade auto-sustentável a médio prazo, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.
- Recuperar 200-250 hectares de pastagens, atualmente cobertas com vegetação secundária ("juquirá"), localizadas no limite sudoeste ("Fazenda *Akrôiarêre*"), visando também realocar os rebanhos bovino (dividido entre leiteiro e de corte) e eqüino que se encontram sob as linhas de transmissão de alta tensão. De acordo com recomendações médicas, esta remoção visa garantir condições de saúde aos que se ocupam da lida com o rebanho, reduzindo a sua exposição aos campos eletromagnéticos.
- O estudo de viabilidade econômica ^{val} ~~deve~~ apontar que a * A recuperação, inicialmente mecanizada (com manutenção manual, pela comunidade) das pastagens será completada em um período de 5-6 anos; as técnicas de manejo a serem observadas, com a subdivisão dos pastos e policultura de forrageiras, visam uma atividade pecuária sem contínua ampliação de desmatamentos no interior da terra indígena, a longo prazo.
- Realizar obras de infra-estrutura destinadas a melhorar o sistema de manejo, aumentando a produtividade do rebanho.
- Constituir um fundo de recursos destinado à formação e capacitação de pessoal, visando assegurar a gestão das atividades econômicas pelos integrantes da comunidade.

5. JUSTIFICATIVA

Ao lado do crescimento populacional acentuado ocorrido nos últimos anos (conforme apontado), a escassez de recursos alimentares (caça, coleta e pesca) provocada pelos desmatamentos e invasões freqüentes não correspondeu a um aumento de áreas cultivadas. Ao contrário, as atividades agrícolas dos *Parkatêjê* permanecem restritas à capacidade de trabalho dos homens maduros que, durante a estação seca, dedicam-se ao preparo e plantio das roças de acordo com a técnica de coivara. Por outro lado, diante da escassez e dos roubos dos frutos silvestres e carnes de caça, que constituem a sua dieta

* partir do 3º ano do projeto (após avaliação), a atividade pecuária de corte será rentável para a comunidade.

básica e preferencial, o que vem se verificando é o aumento do consumo de gêneros alimentícios industrializados e o surgimento de problemas de saúde para a comunidade.

O acesso à televisão (possibilitado pela extensão da rede de energia à aldeia) e todas as suas conseqüências, sobretudo em relação aos hábitos de consumo em geral, aliado à proximidade de centros urbanos como Marabá (situada a 40 km da aldeia), são alguns dos fatores que vêm intensificando e tornando mais complexas as relações dos *Parkatêjê* com o mundo *kupê*.

Desde 1982, programas de assistência (saúde/ educação/vigilância) vêm sendo desenvolvidos através de convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, ligado à construção e operação da Estrada de Ferro Carajás que cortou a porção sul da Terra Indígena Mãe Maria, tornando-a vulnerável a freqüentes invasões, conforme mencionado.

Estes recursos, no entanto, vêm se mostrando insuficientes para atender todas as necessidades da comunidade, que se avolumam. Muitas de suas preocupações se traduzem, atualmente, na necessidade de redimensionar as ações governamentais de modo que venham, de fato, a contribuir positivamente para a sua sobrevivência digna, com uma relativa auto-suficiência.

O sudeste paraense, por sua vez, tornou-se uma região onde os fenômenos da industrialização acelerada e da urbanização forçada colidem com os elevados índices de concentração fundiária, destruição ambiental, antagonismos e carências sociais (cf. Almeida, 1994).

Este quadro evidenciou a necessidade de se promover mudanças qualitativas nos programas de apoio à comunidade *parkatêjê*; mediante sua solicitação, a redefinição das chamadas *atividades produtivas*, com o apoio decisivo da ELETRONORTE, deve se dar de modo integrado, através de parcerias, envolvendo diferentes atores – a comunidade, agentes governamentais e não-governamentais – que possibilitem um melhor desempenho destes programas, com resultados concretamente mais positivos para a comunidade, procurando um melhor aproveitamento de recursos e de esforços.

De acordo com a avaliação externa recente das ações de saúde desenvolvidas junto à comunidade *parkatêjê* (Koifman e outros, 1995), o quadro epidemiológico e imunológico analisado foi considerado de risco; os casos observados de câncer e a exposição permanente dos integrantes da comunidade *parkatêjê* aos campos eletromagnéticos

formados pela instalação dos circuitos de alta e baixa tensão junto à aldeia aliam-se fatores como as mudanças de hábitos alimentares, com o elevado consumo de gêneros industrializados e medicamentos, ao lado de precárias condições sanitárias, sobretudo quanto à destinação do lixo e de águas servidas, na aldeia.

Assim, evitar a utilização, sobretudo por jovens e crianças, das áreas das proximidades da rede (pescarias e banhos na ponte, na estrada, sobre o igarapé Mãe Maria), bem como remover o rebanho⁸ (e o cemitério) da comunidade que se encontram sob as redes de transmissão foram recomendações enfatizadas na avaliação. *O cemitério e a* A maioria das roças encontra-se também nas proximidades da rede e deverão, a médio prazo, ser realocadas, com o aproveitamento de outras "capoeiras" mais distantes das linhas de transmissão.

A comunidade requer um monitoramento permanente deste estado de risco, com ações integradas, baseadas na perspectiva da medicina preventiva e da saúde pública (sanitarismo) que, ao lado de um programa de estabilidade alimentar e apoio à auto-suficiência econômica a médio prazo, possibilitem a sua reprodução física e cultural em melhores condições do que as atuais.

Tanto as atividades voltadas para o fomento ao extrativismo quanto aquelas ligadas à agropecuária permitirão ainda intensificar e ampliar efetivamente a ocupação territorial, enquanto estratégia de proteção e vigilância permanentes, sobretudo nas áreas que se tornaram mais vulneráveis às invasões.

6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO

ESTUDOS PRELIMINARES 6.1 - ~~FOMENTO AO EXTRATIVISMO~~

6.1.1 - Inventário agro-florestal para produtos não-madeiráveis. O conhecimento do potencial de exploração não-predatória e as estimativas de produção extrativista voltadas para o mercado vão dimensionar, já em 1996, os investimentos necessários, que serão detalhados anualmente.

6.1.2 - Estudo de viabilidade econômica

⁸ Por inúmeras vezes, esta recomendação fora feita anteriormente pelo médico assessor da comunidade, Dr. João Paulo B. Vieira F^o., da Escola Paulista de Medicina, que doou as primeiras reses.

Por intermédio do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), este inventário será realizado por três técnicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA/Manaus), durante o início da estação seca de 1996 (maio). Seu acompanhamento por integrantes da comunidade permitirá um cruzamento com os dados relacionados aos conhecimentos específicos dos *Parkatêjê* sobre o seu território. A identificação de potencialidades econômicas poderá ser complementada por levantamento via satélite, cujas imagens estão disponíveis na SUDAM, em Belém. Os resultados deste inventário (cuja previsão para realização é de 15 dias) deverão estar disponíveis em dois meses.

6.2 Aumento do Extrativismo

6.1.2 – Abertura de estrada no interior da área, para acesso aos castanhais, com 20 km de extensão [por 12 m. de largura] e cobertura de piçarra. Esta obra, a ser executada na estação seca, depende da realização do inventário, e vai requerer licitação. *e do estudo de viabilidade econômica.*

6.1.3 – Os trabalhos preparatórios para a extração das safras (castanha, cupuaçu, etc.) consistem na limpeza e recuperação de estradas, ramais, pontes, mata-burros e depósitos (paióis) no interior dos castanhais e devem ser realizados também na estação seca, pelos integrantes da comunidade. Suas despesas incluem alimentação, roupas, ferramentas e munição e utensílios para cozinhar.

6.1.4 – Construção de um depósito para castanha (90 m²) e de um depósito para materiais (60 m²), em madeira, com utilização de mão-de-obra regional contratada.

6.1.5 – Recuperação de pastagens para muares, animais comumente utilizados para o transporte da safra de castanha (desde a mata até os depósitos junto à estrada); estas pastagens estão localizadas nas "colocações" de castanha (concentração de castanheiras).

6.1.6 – Aquisição de oito muares adultos para o transporte da castanha.

6.1.7 – O contato com outras experiências bem sucedidas no campo do agro-extrativismo (como as associações e cooperativas de pequenos produtores) permitirá aos *Parkatêjê* tomar conhecimento de tecnologias simples e apropriadas, a fim de dimensionar adequadamente as suas expectativas à realidade. Deverão ser realizadas pequenas viagens na região e ao Estado do Maranhão. A comercialização sistemática de alguns produtos permitirá à *Associação Parkatêjê* (recém-criada) promover um intercâmbio de informações, a níveis local, regional e nacional, rompendo o isolamento em que a comunidade se encontra atualmente.

^{2.7.}
6.1.8 – Os estudos relativos a preços, condições de armazenamento e transporte da safra visam buscar novos mercados consumidores, sobretudo no sul do país (SP, RJ), permitindo a comercialização da safra em condições mais favoráveis e de modo autônomo em relação à rede monopolista de exportadores regionais. Neste sentido, a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT), criada em 1991, em Marabá, é uma das organizações locais que mantém contatos permanentes em âmbito nacional, com a finalidade de buscar novos mercados para os pequenos produtores regionais.

^{2.8.}
6.1.9 – Recentemente, vem se verificando uma demanda crescente dos mercados regional e nacional (indústria alimentícia) pela polpa de frutos amazônicos (cupuaçu, bacuri, etc.), o que requer, dos produtores, a incorporação de técnicas apropriadas de beneficiamento. Deverão ser realizadas pesquisas para a possível introdução, a médio prazo, de melhorias tecnológicas no processo produtivo (inclusive beneficiamento). Atualmente, todas as tarefas da extração da castanha são manuais e requerem intenso esforço físico, na estação das chuvas - coleta, quebra dos ouriços e retirada das castanhas, transporte (às costas) até o paiol (na mata), carregamento das tropas de muares, lavagem da castanha no depósito, cuidados para estocagem e embarque (caminhão).

³ **6.2** – APOIO À AGROPECUÁRIA

³
6.2.1 – Recuperação de 200-250 hectares de pastagens situadas no limite sudoeste da área indígena (rio Flecheiras), no local denominado "Fazenda Akrôiarêre", *(v. usqueis Anexo III)* deverá ser realizada em um período *a ser determinado após avaliação no 2º ano do projeto.* ~~de 5-6 anos~~. Esta área, ocupada até meados da década de 80 por pastagens de um fazendeiro regional, apresenta vegetação secundária ("juquira") e sua remoção inicial (destocamento e gradagem) deverá ocorrer de forma combinada, ou seja, manual (pela comunidade) e mecanizada, utilizando aluguel de equipamento (trator) e mão-de-obra remunerada. A aquisição de duas moto-serras e outras ferramentas será necessária à execução destas tarefas, assim como despesas com alimentação e vestuário.

6.2.2 – SISTEMA DE MANEJO DE PASTAGENS.

Com a recuperação, esta área deverá abrigar o rebanho bovino da comunidade – dividido em leiteiro e de corte – formado atualmente por cerca de 214 cabeças, que se encontra em pastagens sob as linhas de transmissão de alta tensão (ELN), aos cuidados de um vaqueiro contratado. A divisão das pastagens com piquetes (ver croquis em anexo)

permitirá a rotação do rebanho e a lotação adequada das mangas, calculada em cerca de 400-500 kg peso vivo/hectare. Uma estrada de serviço (5 km) deverá ser aberta logo no primeiro ano do projeto.

O **plantio de espécies diversificadas de forrageiras** (Colonião, *Brachiara brizantha* "brachiarão", Kikuyu e *Andropogon*) é indicado para diminuir o risco de ocorrência de pragas, tal como já vem se verificando no caso de monoculturas na região⁹. O plantio será feito manualmente para a obtenção de maior rendimento.

Construção de 4.000 m de cercas por ano, com estacas e mourões em massaranduba (adquiridos no mercado regional) e arame liso. Está prevista para 1996 a construção de cercas numa área de 15 hectares (aprox.) situada nas proximidades da aldeia e destinada ao gado leiteiro¹⁰. Até que as pastagens do "15" (a "fazenda") estejam recuperadas, a área junto à aldeia deverá receber 40-50 cabeças de gado leiteiro já em 1996¹¹.

Piquetes, roçagem, consertos de cercas, reposição de estacas, limpeza de estradas internas, etc. são atividades a serem realizadas manualmente pelos integrantes da comunidade, compreendendo despesas anuais relativas à aquisição de gêneros alimentícios, vestuário, munição, ferramentas e utensílios para cozinha.

Estão previstas a **reforma do curral**, com construção de tronco com brete e embarcadouro, assim como a **construção de cochos cobertos** (telhas). Deverão ser substituídos os materiais erroneamente utilizados para cobertura em equipamentos já existentes (telhas de amianto são, comprovadamente, cancerígenas).

6.2.3 – Para a manutenção do rebanho é necessária a aquisição de sal mineral (0,05 kg sal/cabeça – considerando-se uma densidade de cerca de 214 reses = 154 sacos sal/ano), além do trato veterinário profilático (vacinas, medicamentos e honorários do veterinário).

A **contratação do vaqueiro** (e encargos sociais) será mantida, através da **Associação Indígena Amjip Târ Kaxuwa Parkatêjê** até que a formação de vaqueiros e técnicos na

⁹ De acordo com os dados do CAT, já estão se verificando casos nas pastagens de "brachiarão", largamente utilizado nas redondezas.

¹⁰ Em 1995, foram cercados ali 10 hectares (aprox.) e, em 1996, esta área deverá ser ampliada e ter as estacas substituídas, dada a madeira inadequada utilizada.

¹¹ Em breve, deverá ser corretamente avaliado se a proximidade desta área de pastagem em relação à aldeia (curral a cerca de 400 m. a noroeste) não trará conseqüências indesejáveis (moscas, mau cheiro, etc.), piorando ainda mais as condições de salubridade.

comunidade seja concluída. Neste período está prevista a ajuda de custo para dois aprendizes.

A partir do terceiro ano do projeto, deverão ser realizadas obras complementares necessárias à manutenção do rebanho, como a construção de uma casa sede (125 m²), com fornecimento de energia elétrica da CELPA e perfuração de um poço a céu aberto (água potável), bem como a construção de dois açudes para provisão de água nas mangas.

6.2.4 – Os atuais problemas de consangüinidade no rebanho requerem a aquisição de reprodutores (nelore), a partir do terceiro ano do projeto, para a obtenção de melhoria genética e produtiva.

6.2.5 – EQUIPAMENTOS. Já no primeiro ano do projeto, a aquisição de um veículo utilitário (D-20, cabine dupla) será necessária para o apoio às atividades agropecuárias (e extrativistas), assim como a sua manutenção (peças de reposição, mão-de-obra e combustíveis). No terceiro ano de atividades - quando se prevê o início da comercialização do gado de corte - será adquirida uma balança com capacidade para 2 toneladas.

6.3 – A criação de um fundo de recursos destinado à formação e capacitação de pessoal visa incentivar os integrantes da comunidade, sobretudo os jovens, a se prepararem para a gestão das atividades – extrativismo, agropecuária - tanto do ponto de vista técnico quanto administrativo-financeiro. Os cursos de capacitação poderão ser realizados tanto em escolas técnicas da região, quanto através de oficinas a serem ministradas na aldeia, mediante convênios com instituições de ensino e extensão.

6.4 – Consultorias técnicas especializadas. Dadas as características particulares destas atividades na comunidade parkatêjê, a sua realização requer acompanhamento técnico especializado nas áreas de agronomia/zootecnia, antropologia, e finanças, estimando-se a necessidade de 50 horas técnicas por profissional/trimestre.

6.5 – As atividades aqui previstas deverão observar o calendário *parkatêjê* (v. ANEXO II), dividido em estação chuvosa (*aury kam*) e estação seca (*amkro kam*), em torno das quais giram todas as atividades cerimoniais e as demais. É durante a estação seca que se realiza o encerramento dos ciclos cerimoniais de longa duração junto a outros grupos Timbira (*Krahô*/TO e *Ramkokamekra*-Canela/MA) – como os *Parkatêjê* – a cujos

convites para participação a comunidade vem atendendo, dada a importância cultural de recuperar rituais que vinham sendo abandonados.

7. GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

A retomada da experiência em pecuária apresenta muitas expectativas para a comunidade; enquanto inovação, ou seja, atividade introduzida pelo *kupe*, exatamente por isso está sujeita a riscos, além de permanentes mudanças e rearranjos; fracassos anteriores – como, por exemplo, as tentativas de cultivo de cacau, de fruteiras e criação de peixes – são freqüentemente lembrados pelos mais velhos, nas reuniões noturnas no pátio da aldeia.

A reorganização das *atividades produtivas* (como vêm sendo chamadas) estará ligada a uma nova tentativa de gerar rendimentos; este não é um processo desconhecido da comunidade; tornar estas atividades rentáveis e sustentáveis constitui-se em um processo de lidar com a necessidade de produzir bens destinados ao mercado – para que, no retorno, sejam transformados em mercadorias para todos e serviços atualmente necessários¹².

Os aspectos contábil-financeiros e político-administrativos das atividades dos *Parkatêjê* adquirem um caráter coletivo (e formal) através da "*Associação Amjip Târ Kaxuwa Parkatêjê*"; mediante convênio, assistido pela FUNAI, a Associação administrará os recursos destinados a estas atividades, contando com assessoria nos campos técnicos que forem necessários.

8. ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A rentabilidade e auto-sustentabilidade destas atividades vão depender tanto do empenho da comunidade em gerir os seus próprios negócios de maneira satisfatória, para a sua reprodução enquanto sociedade em condições mais favoráveis, quanto de sua permanente avaliação; o compromisso de todas as partes envolvidas nos programas especiais de apoio e o assessoramento técnico (jurídico, antropológico, administrativo-

¹² A preocupação de não reduzir a mera mercadoria também a própria força humana de trabalho está presente nas atuais discussões, na comunidade, acerca da remuneração "pelo trabalho" de seus integrantes.

financeiro, contábil, etc.) desempenham papel importante na consecução dos objetivos propostos.

Prevalecem, entre os *Parkatêjê*, padrões de utilização e ocupação territoriais voltados principalmente para a floresta como fonte de recursos. Deste modo, torna-se necessário o acompanhamento e assessoria técnica permanentes, sobretudo das atividades econômicas que vêm sendo introduzidas.

Embora a pecuária já se desenvolva desde 1975, os cuidados ambientais necessários neste redimensionamento da atividade (agora também para corte) só poderão ser melhor avaliados após a realização do inventário agro-florestal da TIMM, a fim de evitar problemas futuros. Inúmeras avaliações da atividade pecuária extensiva na Amazônia oriental (Hecht, 1985, 1988; Mattos e Uhl, 1994) enfatizam os problemas de degradação e irreversibilidade de solos, com os sucessivos desmatamentos e queimadas para a contínua expansão de pastagens.

O desempenho das atividades aqui propostas deverá ser avaliado a cada ano por uma equipe interdisciplinar independente, permitindo ampliar as discussões sobre os acertos e desacertos ocorridos. Dadas as especificidades, a metodologia de avaliação deverá ser estabelecida em conjunto com a comunidade e seus assessores.

9. ESTIMATIVAS DE CUSTOS

9.1	FOMENTO AO EXTRATIVISMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
9.1.1	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário agro-florestal (1996) - 3 bilhetes aéreos Manaus-Marabá-Manaus 3 X R\$ 690 - Ajuda de custo 03 técnicos INPA 15 dias X 3 X R\$ 50/ dia - acompanhamento/guia integr.comunidade (cf. 9.1.3) X 05 	<p style="text-align: right;">2.070</p> <p style="text-align: right;">4.500</p> <p style="text-align: right;">600</p>	7.170
	Total		
9.1.2	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de estrada 20 km X 12 m largura - aluguel trator (96 ou 97) + mão-de-obra R\$ 4.000/km X 20 km 	<p style="text-align: right;">20.000</p> <p style="text-align: right;">80.000</p> <p style="text-align: right;">1.000</p>	20.000 80.000
	Total		
9.1.3	<ul style="list-style-type: none"> - Limpeza ramais/estradas/recup. pontes/mata-burros (despesas p/ 30 pessoas) - Ferramentas (reposição a cada 02 anos): machados R\$ 17/unid. X 30 facões com bainha R\$ 4,50/ unid. X 30 foices R\$ 6/unid. X 30 limas K & F R\$ 48/cx c/12 X 03. 	<p style="text-align: right;">510</p> <p style="text-align: right;">135</p> <p style="text-align: right;">180</p> <p style="text-align: right;">144</p>	2.907
	Total		
	<ul style="list-style-type: none"> - Munição (anual): cartuchos cal.12 R\$ 23/cx X 03 cal.20 R\$ 18/cx X 05 cal.36 R\$ 16/cx X 02 balas cal. 22 R\$ 10 /cx X 05 cal. 38 R\$ 62/cx X 03 	<p style="text-align: right;">69</p> <p style="text-align: right;">90</p> <p style="text-align: right;">32</p> <p style="text-align: right;">50</p> <p style="text-align: right;">186</p>	2.135
	Total		
	<ul style="list-style-type: none"> - Vestuário (anual): calças compridas R\$ 30/unid. X 30 camisas manga longa R\$ 20/unid. X 30 botinas couro R\$ 25/par X 30 	<p style="text-align: right;">900</p> <p style="text-align: right;">600</p> <p style="text-align: right;">750</p>	11.250
	Total		
	<ul style="list-style-type: none"> - Gêneros Alimentícios (para 30 dias/anual): arroz R\$ 38/sc X 05 feijão R\$ 65/sc X 03 farinha de mandioca R\$ 28/sc X 03 café R\$ 29 fd (05 kg) X 05 açúcar R\$ 17/fd (30 kg) X 02 sal R\$ 8/fd (30 kg) X 01 carne de sol R\$ 3/ kg X 300 kg. 	<p style="text-align: right;">190</p> <p style="text-align: right;">195</p> <p style="text-align: right;">84</p> <p style="text-align: right;">145</p> <p style="text-align: right;">34</p> <p style="text-align: right;">8</p> <p style="text-align: right;">900</p>	7.780
	Total		
	<ul style="list-style-type: none"> - Utensílios para cozinhar (anual): pratos esmaltados R\$ 2/unid. X 30 talheres R\$ 2,60/jogo X 30 	<p style="text-align: right;">60</p> <p style="text-align: right;">78</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura estrada 05 km - BR-222 até sede (1996) R\$ 150/km X 5 km - Reforma do curral / constr. embarcadouro (1997) materiais mão-de-obra - Construção sede - 125 m² (1998) materiais R\$20/m² X 125 mão-de-obra R\$50/m² X 125 - Perfuração de poço a céu aberto - 30 m (1998) R\$ 70/m X 30 - Construção 16 cochos cobertos/telhado cerâmica R\$ 400/unid.(materiais) + R\$ 450/unid. (mão-de-obra)- R\$ 850 X 16 	<p style="text-align: right;">750</p> <p style="text-align: right;">3.000</p> <p style="text-align: right;">2.000</p> <p style="text-align: right;">2.500</p> <p style="text-align: right;">6.250</p> <p style="text-align: right;">2.100</p> <p style="text-align: right;">13.600</p>	
	Total		103.000
9.2.3	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do rebanho - Aquisição de sal mineral (0,05 kg/cabeça/dia) 150 sc/ano X R\$ 10,80 sc (25 kg) R\$ 1.663 X 05 anos - Trato veterinário profilático: vacinas (R\$ 8,41/cabeça/ano) R\$ 8,41 X 214 reses X 05 anos - Honorários veterinário R\$ 150/dia X 12 dias/ano X 05 ano - Contratação vaqueiro R\$ 300 + encargos sociais X 13 meses R\$ 6.000/ano X 05 anos - Ajuda de custo aprendizes vaqueiro R\$ 150 X 12 X 2 pessoas R\$ 3.600/ano X 05 anos - Construção de 02 açudes (1999/2000) R\$ 1.500/unid.(material + mão-de-obra) 	<p style="text-align: right;">8.315</p> <p style="text-align: right;">9.000</p> <p style="text-align: right;">9.000</p> <p style="text-align: right;">30.000</p> <p style="text-align: right;">18.000</p> <p style="text-align: right;">3.000</p>	
	Total		77.316
9.2.4	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de reprodutores (1997/2000) R\$ 900/unid. X 7 	6.300	6.300
9.2.5	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos Aquisição veículo utilit. D-20 cab. dupla (1996) Aquisição balança bovina (cap. 2.000 kg.) (1998) Aquisição bomba hidráulica (1998) Aquisição de 02 moto-serras (R\$ 800/unid) (1996) 	<p style="text-align: right;">55.000</p> <p style="text-align: right;">3.135</p> <p style="text-align: right;">90</p> <p style="text-align: right;">1.600</p>	59.825
	Total		
9.2.6	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção veículos / equipamentos - Combustíveis e lubrificantes: gasolina- 650 l/ano X R\$ 0,454/l X 05 anos diesel - 8.000 l/ano X R\$ 0,368 X 05 anos óleo 2 T- 33 l/ano X R\$ 3/l X 05 anos óleo 40 - 37 l/ano X R\$ 3/l X 05 anos - Peças de reposição e mão-de-obra R\$ 2.500/ano X 05 anos 	<p style="text-align: right;">480</p> <p style="text-align: right;">4.720</p> <p style="text-align: right;">495</p> <p style="text-align: right;">555</p> <p style="text-align: right;">12.500</p>	
	Total		29.750

9.3	– CONSULTORIAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS agronomia / zootecnia - 200 hs. téc/ano antropologia - idem administração/finanças - idem – Diárias: R\$ 70 X 25 diárias X 3 X 05 anos – Hora téc./R\$ 20 X 200 X 3 X 05 anos – Passagens aéreas: 4 viagens/ano por consultor: RIO-MAB-RIO / R\$ 804 X 4 X 05 anos SP-MAB-SP / R\$ 825 X 4 X 05 anos BEL-MAB-BEL / R\$ 320 X 4 X 05 anos <p style="text-align: right;">Total</p>	 6.250 60.000 16.080 16.500 6.400 105.230
9.4	FUNDO PARA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO R\$ 13.000/ ano X 5 anos <p style="text-align: right;">SUB-TOTAL</p>	 65.000 723.987
9.5	RESERVA TÉCNICA (10%) <p style="text-align: right;">SUB-TOTAL</p>	72.398,70 796.385,70
9.6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (5%)	39.819,98
	T O T A L	836.204,98

10. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FINANCEIRO P/ 1996

9.1	FOMENTO AO EXTRATIVISMO	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
9.1.1	Inventário agroflorestal	7.170			7.170
9.1.2	Abertura de estrada (20 km)*	30.000	50.000		80.000
9.1.3	Limpeza ramais/manutenção	2.737,50	2.737,50		5.475
9.1.4	Construção depósitos em madeira		27.000		27.000
9.1.5	Recuperação/manutenção pastagens castanhais		2.500	2.500	5.000
9.1.6	Aquisição muares				
9.1.7	Aquisição arreios/cangalhas/sacaria	420			420
9.1.8	Transporte safra castanha (frete)	1.300			1.300
9.1.9	Viagens contato outras experiências				
9.1.10	Pesquisa de mercado			3.000	3.000
9.1.11	Pesquisa tecnológica				
9.2	APOIO À AGROPECUÁRIA				
9.2.1	Recuperação pastagens		9.010	9.010	18.020
9.2.2	Sistema de manejo de pastagens	6.010	6.010	6.010	18.030
9.2.3	Manutenção do rebanho	4.954	4.954	4.954	14.863
9.2.4	Aquisição de reprodutores				
9.2.5	Equipamentos		1.600	55.000	56.600
9.2.6	Manutenção veículos/equipamentos	1.983	1.983	1.983	5.950
9.3	CONSULTORIAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS	7.015	7.015	7.015	21.046
9.4	FUNDO CAPACITAÇÃO TÉCNICA	3.000	5.000	5.000	13.000
	SUB-TOTAL	64.589,50	117.809,50	94.742,00	276.874,00
9.5	RESERVA TÉCNICA (10%)	6.458,95	11.780,95	9.447,20	27.687,40
	SUB-TOTAL	71.048,45	129.590,45	103.919,20	304.561,40
9.6	DESPEAS ADMINISTRATIVAS (5%)	3.552,42	6.479,52	5.195,96	15.228,07
	TOTAL	74.600,87	136.069,97	109.115,16	319.789,47

* Ou 1997 – depende inventário/licitação para a obra.

11. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FINANCEIRO

9.1	FOMENTO AO EXTRATIVISMO	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
9.1.1	Inventário agroflorestal	7.170					7.170
9.1.2	Abertura de estrada (20 km)*	80.000					80.000
9.1.3	Limpeza ramais/manutenção	5.475	4.506	5.475	4.506	5.475	25.437
9.1.4	Construção depósitos em madeira	27.000					27.000
9.1.5	Recuperação/manutenção pastagens castanhais	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.000
9.1.6	Aquisição muares		5.600				5.600
9.1.7	Aquisição arrelós/cangalhas/sacaria	420	3.820	420	420	420	5.500
9.1.8	Transporte safra castanha (frete)	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	6.500
9.1.9	Viagens contato outras experiências		2.000		2.000	2.000	6.000
9.1.10	Pesquisa de mercado	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	15.000
9.1.11	Pesquisa tecnológica		9.000				9.000
9.2	APOIO À AGROPECUÁRIA						
9.2.1	Recuperação pastagens	18.020	11.835	11.835	11.835	11.835	65.360
9.2.2	Sistema de manejo de pastagens	18.030	22.280	28.130	17.280	17.280	103.000
9.2.3	Manutenção do rebanho	14.863	14.863	14.863	16.363	16.363	77.315
9.2.4	Aquisição de reprodutores			1.800	1.800	2.700	6.300
9.2.5	Equipamentos	56.600		3.225			59.825
9.2.6	Manutenção veículos/equipamentos	5.950	5.950	5.950	5.950	5.950	29.750
9.3	CONSULTORIAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS	21.046	21.046	21.046	21.046	21.046	105.230
9.4	FUNDO CAPACITAÇÃO TÉCNICA	13.000	13.000	13.000	13.000	13.000	65.000
	SUB-TOTAL	276.874	123.200	115.044	103.500	105.369	723.987
9.5	RESERVA TÉCNICA (10%)	27.687,40	12.320,00	11.504,40	10.350,00	10.536,90	72.398,70
	SUB-TOTAL	304.561,40	135.520,00	126.548,40	113.850,00	115.905,90	796.385,70
9.6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (5%)	15.228,07	6.776,00	6.327,42	5.692,50	5.795,29	39.819,28
	TOTAL	319.789,47	142.296,00	132.875,82	119.542,50	121.701,19	836.204,98

* Ou 1997 – depende inventário/licitação para a obra



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNAI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM

SDP Nº

NOME

IARA FERRAZ

PROCESSO Nº

CARGO

LOTACÃO

PERÍODO

DE 03.02.96 A 10.02.96

PERCURSO REALIZADO DE

PARA

DATA

RIO DE JANEIRO
BRASÍLIA

BRASÍLIA
RIO DE JANEIRO

03.02.96
10.02.96

CIA. TRANSPORTADORA

VARIG

BILHETE Nº

042 4205 113 889 4

CIENTE DA CHEFIA

EM

A RESTITUIR

A SER RESSARCIDO

VALOR

CARIMBO E ASSINATURA

JUSTIFICATIVA

O BILHETE DE IDA (VAST) JÁ FOI DEVOLVIDO À DAI EM 05.02.96.

ASSINATURA DO SERVIDOR

EM

CARIMBO E ASSINATURA

VISTO DO SETOR RESPONSÁVEL

EM

CARIMBO E ASSINATURA

RECIBO

Recebi da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

a importância de R\$ 511,97 (quinhentos e onze reais e noventa e sete centavos) referente a ressarcimento a que fiz jus.

Recebido em 22-02-96
por Iara Ferraz

LOCAL

DATA

ASSINATURA

Rio de Janeiro

22.02.96